

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 08-02-2018.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Moisés Barboza, Mônica Leal e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. À MESA, foram encaminhados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 368, 369, 370, 371 e 372/17 (Processos nºs 3173, 3174, 3175, 3176 e 3177/17, respectivamente), de autoria de Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Adeli Sell, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza e Ricardo Gomes. Do EXPEDIENTE, constaram: Comunicados s/nº, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, emitidos em sete, treze e vinte e três de novembro e quatro de dezembro de dois mil e dezessete; Ofícios s/nº e nº 1018/17, de Fernanda Almeida Cappellini; Ofício nº 121/17, de Cledson Divino Oliveira Moraes; Ofícios nºs 837, 922, 988, 1013 e 1027/17 e 009/18, de Graça Cristina Freire de Campos; Ofício nº 1041/17, de Pedro Amar Ribeiro de Lacerda; Ofício nº 003/18, de Leonardo Dicson Sanchez Betin; Ofício nº 009/18, de Fredi Haupenthal; Ofício nº 041/18, de Gustavo Bohrer Paim; Ofício nº 066/18, de Leonardo Gomes Vieira. A seguir, por solicitação de João Carlos Nedel, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Eva Sopher e a Sérgio Garcia Scherer. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Dr. Goulart, Márcio Bins Ely, Comandante Nádia, André Carús e Mendes Ribeiro. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa, Moisés Barboza, Rodrigo Maroni, Mauro Pinheiro, Dr. Thiago e Idenir Cecchim. Na ocasião, foi apregoado o Memorando nº 003/18, de Cassiá Carpes, informando o motivo de seu afastamento durante a sessão ordinária realizada no dia sete de fevereiro do corrente. Às quinze horas e trinta e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para um Requerimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Gostaria de pedir um minuto de silêncio em honra da Sra. Eva Sopher, falecida ontem, e também do Sr. Sérgio Garcia Scherer, falecido hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Defiro o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para um Requerimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde; inicialmente, lamentamos a perda da grande guerreira Dona Eva Sopher, que foi uma pioneira, uma grande lutadora em defesa não só do Theatro São Pedro, mas também do teatro e da revitalização daquele espaço tão significativo para nós, porto-alegrenses, para o Rio Grande e para o Brasil, devido aos inúmeros profissionais da área que estiveram aqui, e nós, com certeza, como espectadores e usuários, estivemos e estaremos lá nos eventos que se realizam no Theatro São Pedro. Então, toda a nossa solidariedade e sentimentos à família.

Queria, neste período de Comunicações em que a manifestação é livre, saudar a iniciativa continuada da Direção do Hospital Conceição, que, hoje, dá um passo significativo num projeto iniciado lá em 2008. Nunca me esqueço que, pela relação na área da saúde, na ocasião, do Dr. Barrichello, Diretor Administrativo do Hospital Conceição, e agora, recentemente, da nossa grande profissional e Superintendente do Grupo no ano passado, Sandra Fagundes, deram um grande impulso para que este projeto fosse implementado, como pedra fundamental, no dia de hoje, para que o Centro Oncológico do GHC tivesse vida e continuidade. Eu posso falar aqui com

certo conhecimento de causa, porque fui Diretor do Hospital da Criança Conceição, em 2016, e tive a felicidade não só de acompanhar, mas de lutar e apoiar este grande empreendimento que agora se estabelece. O pontapé inicial da obra foi dado hoje.

Sei que o nobre e querido colega Ver. Mendes Ribeiro também não só acompanha como tem apoiado o projeto e tenho certeza absoluta de que também fará referências ao tema aqui nesta tarde.

Pois bem, nós percebemos que este hospital, depois de definido por que seria um Centro Oncológico, foi uma pesquisa que praticamente deu à direção o direcionamento para os pacientes oncológicos, portanto portadores de câncer, devido a uma pesquisa realizada, Ver.^a Mônica Leal, nobre Presidente, aqui em Porto Alegre, quando, em 2016, atendidas mais de 6 mil pessoas no GHC, foi constatado que, de cada quatro pessoas, uma era portadora de câncer, isto é, de cada quatro pessoas baixadas no Hospital Conceição, uma era portadora de câncer. Para os senhores verem a incidência que hoje tem no mundo, no Brasil, no Estado ou em Porto Alegre, mas isso nos preocupa muito na medida em que a incidência de câncer se estabelece e muitas vezes os hospitais não estão preparados para dar um atendimento completo. Isto é, o Hospital Conceição atendia, e atende ainda, e não tinha o serviço de radioterapia e quimioterapia. E é claro que alguns que são referência, como o Hospital Santa Casa, Conceição e PUC; mas outros hospitais, como Moinhos de Vento e Mãe de Deus, praticamente atendem só convênios e particulares. Para os pacientes do SUS são muito poucas as ofertas. E é óbvio que nós, como Vereadores, temos que elogiar essas iniciativas que, na verdade, vêm para construir um atendimento universal a toda a população de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. A exemplo de alguns outros hospitais que, na verdade, em vez de buscarem essa parceria tripartite entre o Governo Federal, Estadual e Municipal, isso não acontece, porque nós percebemos, por exemplo, o fechamento do Hospital Parque Belém, recentemente do Hospital Beneficência Portuguesa. Isso nos dói muito na medida em que muitos servidores são demitidos, na medida em que muitos cidadãos não são mais atendidos; mais do que isso, durante anos, ali foram investidos recursos federais, estaduais e municipal e lá está, na verdade, um elefante branco sem atender a população. Fazemos esse apelo para que esses dois hospitais, mais precisamente o Parque Belém e o Beneficência, que já tem um movimento para poder recuperá-lo, possam continuar na luta para abrir e ter mais possibilidades reais de abrir o atendimento à população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; e amigos que nos ouvem; que grata surpresa foi comparecer hoje lá no Grupo Conceição, para receber o Ministro da Saúde, como disse o Oliboni agora. Foi uma sensação muito boa perceber que, quando todo mundo ataca a

saúde, não tanto ao dinheiro, mas quanto à gestão, não se tenha um trabalho de gestão desse Ministro para ser atacado. Ele está fazendo um trabalho belíssimo. Ele é médico, Ministro Barros, então sabe o que está acontecendo na ponta. Ele está realizando um trabalho de pagar a medicação, que é muito cara e chega a custar R\$ 26 mil por mês, somente se houver os resultados almejados. Para vocês verem como esses laboratórios ganham dinheiro, que eles toparam fazer isso com ele. Se os resultados acontecerem ao final da prescrição, ele paga, se não ele fica aguardando outra situação para fazer outro tratamento. Bom, ele foi o Ministro que, num tempo menor, trouxe maior quantidade de recursos para o Rio Grande do Sul, principalmente para Porto Alegre, considerando todos os Ministros de Saúde de todos os tempos. O Ministro Barros não é do meu partido, mas o Ministro Barros é um bom médico, trabalhador e um excelente Ministro da Saúde. Ele veio aqui nos informar que o Centro de Oncologia do SUS, 100% SUS, foi licenciado, conseguiram o dinheiro para que comecem o Centro de Oncologia e Hematologia no Hospital Nossa Senhora do Conceição. Então, nós temos alguns Centros de Oncologia em Porto Alegre pelo SUS, mas eles precisavam de mais gente, de mais leitos, de mais médicos trabalhando para atender as tais pessoas com câncer, que são um em cada quatro, como o Oliboni chamou a atenção aqui. Então, ele veio nos mostrar um aspecto muito importante de que não é só o econômico, não é só a falta do dinheiro que temos que batalhar para a Saúde, mas também por uma boa gestão, e parece que o Ministro está fazendo isso, uma boa gestão. Eles inauguraram hoje uma maravilha, uma enfermaria de neurologia lá no Hospital Cristo Redentor, com 30 leitos funcionando. Agora eles abrem os 30 leitos que estão funcionando, fecham os 39 que tinham, arrumam, e entregam depois, no final do ano, 79 leitos de neurologia. Neurologia, primeiro porque são especializados, fizeram cursos fora, fizeram cursos nos Estados Unidos, onde se trabalha muito com isso, e eles têm uma orientação muito científica de como evitar as mortes quando se tem um derrame, um AVC recente. Teve um AVC recente, toca para o Hospital Conceição que eles têm os fármacos a serem usados para diminuir a chance de morte ou de falta de movimentos na musculatura. Então tem uma caixa dentro da enfermaria, que daqui a pouco uma enfermeira que está ali perto vê que está tocando uma campainha, se for verde, pode esperar um pouquinho; se for amarelo, chama o médico; se for vermelho, vai começando a atender até o médico chegar. Essa mesma máquina fica na sala de espera onde os familiares estão e, de duas em duas horas, dá o resultado, ou se for necessário antes, de como está a pessoa, para que não se tenha muito tempo atendendo as pessoas boas enquanto as outras estão mal. Ele nos impressionou positivamente. Estava lá junto comigo os Vereadores Mendes Ribeiro, João Carlos Nedel e, no final, chegou o Presidente da Casa.

Então, queridos, precisamos dar muita atenção para este trabalho do Hospital Conceição. Aqui tem que louvar o nome de todos os que trabalham na neurologia do Conceição, o Dr. João Potrich, que está há anos dentro do Grupo Hospitalar Conceição; o Dr. Mauro Sparta, excelente trabalhador de saúde; e a Dra. Adriana, médica que acompanhou os trabalhos. Então vale a pena a gente começar a ler, no *site* do Ministério e no *site* próprio do Ministro Barros, o belo trabalho que ele está fazendo, um trabalho excelente para o Rio Grande do Sul e, principalmente, para Porto

Alegre. Salve o Hospital Conceição, que é um sustentáculo das grandes doenças que nós temos no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e é 100% SUS. Viva o Grupo Conceição, como disse o Oliboni.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Na tarde de ontem fizemos um pouco do debate sobre o que acabou acontecendo à noite, de forma dramática, na Assembleia Legislativa, com a votação finalmente da adesão ao regime de recuperação fiscal. O debate que nós fazíamos ontem, com manifestações apaixonadas e partidárias, talvez não tenha possibilitado a discussão do que de fato significa, o que está comprometido, afinal, com a votação, com o apoio que 30 deputados, na noite de ontem, deram à submissão ao programa Ponte para o Futuro, que nós consideramos uma ponte para o passado neste Brasil. Quero dizer que os deputados de oposição bravamente – do PDT, outros deputados que não só os do PSOL, PT e PCdoB – lutaram e mostraram à sociedade gaúcha que era um mau negócio para o Rio Grande. Eu quero repercutir aqui na Câmara, porque a sociedade deve acompanhar, porque a memória também faz parte da democracia. Claro que é no voto que deve ser resolvido, e, se o voto não for a contento, a população deve rever seu voto na próxima eleição, mas é importante que a gente possa fazer com que o conjunto da população acompanhe os compromissos que o Governador Sartori resolveu assumir e a submeter o Rio Grande. Uma das consequências é o aumento de R\$ 60 bilhões da dívida com a União para R\$ 106 bilhões. Claro, com esse interstício de não pagar no próximo período, curto período; portanto, é apenas um tempo a mais para pagar uma dívida que se tornará muito maior.

Segundo: qual a gravidade de essa dívida se tornar muito maior? O Rio Grande do Sul abre mão, ao aderir ao regime de recuperação fiscal, de contestar na Justiça qualquer ponto do contrato da dívida. Então vai deixar a dívida crescer para ser paga pelas próximas gerações, pelos próximos governos; e mais: impede que se rediscutam cláusulas dessa dívida, que é grande demais, que já foi paga muitas vezes – todos os analistas dizem isso. Então isso é gravíssimo, o Rio Grande abre mão da sua autonomia, da sua soberania, da sua possibilidade de discutir qualquer item desse contrato, de novo contrato da dívida.

Além disso, o Rio Grande se compromete em não realizar concurso e nem reajustar os salários dos servidores por três anos, prorrogáveis por mais três anos. O que significa não repor, Ver. Oliboni – que fala em nome da nossa bancada, nosso Líder –, Ver. Sgarbossa, Ver. Adeli, servidores através de concurso público? Será que a reposição de servidores é um peso apenas para o Estado, ou pode representar maiores lacunas ainda no serviço que o Estado presta para o Rio Grande, para os cidadãos? Eu

falo da educação pública estadual, por exemplo, da brutal pauperização da educação pública, que já está em curso, com parcelamento, com greve por muitos meses, com o calendário escolar completamente alterado, com o fechamento de escolas, com degradação física das escolas; agora, somando a isso a não realização de concurso para professores. O que vão fazer? Ampliar os contratos precários, temporários, sem uma dignidade de tratamento dos profissionais. Esse é o comprometimento que, ontem à noite, 30 deputados Estaduais votaram nisto: três anos sem concurso, sendo possível prorrogar por mais três anos, São três anos de não reajuste dos salários, gente! E os salários já estão há três anos sem recomposição da inflação. Será que era possível assinar embaixo? Os nossos deputados não assinaram embaixo. E mais, junto a isso, planos de demissão voluntária. O que significa Plano de Demissão Voluntária? Significa convidar os funcionários a se retirarem, dar um prêmio para que eles deixem de atuar. Isso significa convidar brigadianos, policiais civis a se retirarem do serviço público em troca de algum benefício; significa menos policiais, significa menos brigadianos. Por óbvio que os nossos deputados não votariam nisso.

Então, não há nada, além, é claro, por fim, da privatização, que aqui tem um debate mais suscetível de polêmica, porque alguns defendem que privatizem aqui, é melhor, lá. Eu nem vou entrar nesse ponto, só vou dizer que os demais pontos são gravíssimos para o Rio Grande, e eu espero que ainda possamos... nossos bravos deputados, entidades dos trabalhadores estão prometendo entrar na Justiça, porque, sequer, esse programa, esse contrato aberto foi apresentado à Assembleia Legislativa. A nossa bancada se soma aos esforços dos deputados estaduais e diz: não, à submissão a um programa que não é bom para o Rio Grande e não é bom para o Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e todas. Eu quero agradecer mais uma vez ao Partido dos Trabalhadores e ao PSOL por esse espaço de Líder da oposição, tratando de um tema muito estratégico para a nossa Cidade, que é a questão do transporte coletivo. Infelizmente a Prefeitura, sob o pretexto da integração do transporte e das várias modalidades, que é verdade, deve acontecer para que haja uma boa mobilidade urbana na Cidade, começou a implementar, no último ano, uma política de baldeação. Nós usamos esse termo, justamente, porque aqui há um tom pejorativo, e o primeiro teste inaugurado foi a questão da baldeação da linha Herdeiros. O que aconteceu? A Prefeitura reduziu o número de ônibus, antes a linha Herdeiros vinha da comunidade até o Centro, e agora os usuários são obrigados a descer ali no terminal Antonio de Carvalho e esperar o outro ônibus para conseguir chegar até o Centro. Isso Ver. Oliboni, nós dois, o Ver. Oliboni, a Ver.^a Fernanda, pautamos esse tema no ano passado, na CUTHAB, e foi uma grande reunião, com muitas pessoas de todas as comunidades, em especial da Herdeiros, fomos até o Secretário Sabino,

levamos a reivindicação, e ele ficou de dar uma resposta e análise, mas continua a Prefeitura fazendo um teste com as pessoas. Por que um teste? Porque, se a pessoa descesse do ônibus nesse terminal e logo em seguida subisse no outro ônibus, já seria um transtorno, mas seria até admissível. O problema é que muitas pessoas estão tendo que esperar até meia hora, algumas 20, 25 minutos – nós fizemos uma pesquisa para detectar quanto tempo as pessoas tinham que esperar para tomar o segundo ônibus –, em alguns casos até 30 minutos de espera, na ida e na volta. Portanto, nós estamos tirando aqui uma hora por dia das pessoas, uma hora a menos no trabalho, uma hora a menos longe dos familiares e da sua residência. Portanto, sim, podemos pensar num sistema mais inteligente em que os ônibus não precisem vir todos até o Centro da Cidade, otimizar, é verdade, mas não colocando um ônus, que, no caso, chega ao tempo de uma hora em relação ao que era antes de implementada essa política de baldeação.

Ontem, tivemos uma reunião chamada pela Associação Comunitária Mestre Macedinho, porque também na linha Nonoai estão aplicando a mesma política. Os ônibus da linha Nonoai que vinham antes até o Centro agora não virão mais; o usuário terá que descer na Praça Guia Lopes e ali tomar um outro ônibus para vir até o Centro. A Praça Guia Lopes é uma praça reconhecidamente insegura, as pessoas são ali alvos da criminalidade, e novamente estão sendo testados, provavelmente o mesmo teste feito na linha Herdeiros, para chegar até o Centro deverão trocar de ônibus e ter de esperar muito tempo, perderão muito tempo nesse transbordo. Quero aqui fazer mais um pedido, acho que a Câmara tentou fazer o seu papel, chamou uma reunião no ano passado, especificamente na Comissão que trata do tema. Essa reunião depois foi procedida numa reunião com o Secretário Sabino, e não tivemos retorno. O teste continua, e o pior, temos ainda uma outra situação agravante na linha Herdeiros: depois das 20h, essa linha não circula mais pela comunidade. Isso é um grande problema. Muitas pessoas estudam, chegam depois da 20h em casa e têm que caminhar quilômetros para poder chegar até suas casas. Nós sabemos que há um problema de insegurança, há um problema de rivalidade dentre a criminalidade, sabemos de tudo isso, mas não é se rendendo a essa lógica... Nós queremos até inclusive louvar aqui uma operação da Polícia Civil em conjunto com o Município que trata justamente dos assaltos a ônibus, talvez não tenha chegado ainda essa operação na linha Herdeiros, mas nós queremos reivindicar isso e dizer que a Prefeitura não pode, simplesmente, adotar o caminho mais fácil, que é retirar uma linha, como fez com a Herdeiros.

Queremos racionalidade no transporte coletivo. Sabemos que temos um problema central, em especial com os ônibus que vêm da Região Metropolitana, que vêm até o Centro da Cidade não podendo pegar passageiros em Porto Alegre. Essa é uma das tantas irracionalidades do nosso sistema de transporte coletivo, mas essa maldita baldeação está prejudicando muito a vida das pessoas, tirando delas até uma hora a mais da sua vida, seja no trabalho, seja no tempo em que ficam em casa com a família. Pedimos, mais uma vez, essa revisão. Fica aqui o nosso apelo, torcendo pela sensibilidade da gestão municipal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Ver.^a Mônica, Presidente; todos os que nos acompanham; eu pedi para fazer uso da palavra no tempo de Liderança porque, neste dia que amanheceu extremamente triste, quando perdemos uma das figuras mais importantes da cultura da nossa Cidade, Dra. Eva Sopher, que dedicou a sua vida à cultura e ao Theatro São Pedro, eu fiz uma reflexão sobre o quanto é importante homenagearmos as pessoas em vida. Resolvi, ouvindo essas últimas participações dos Pares, fazer alguns reconhecimentos a colegas nossos, reconhecendo o esforço dum colega chamado Elizandro Sabino, que está comandando a SMIM e que, mesmo sem insumos, com crise financeira, com dificuldades desde o mês de novembro do ano passado, vem fazendo absolutamente tudo o que vocês puderem imaginar para que a nossa Cidade tenha como combater este momento triste, em que não se tem condições de tapar todos os buracos, como a gente gostaria, ou de fazer a manutenção asfáltica.

Eu recebi ontem do Secretário Sabino um relato da quantidade de ruas que, mesmo sabendo que não se tem condições de pagar o fornecimento de areia, que é uma parte essencial dos insumos, vem fazendo de tudo e, agora, nos últimos dias, até por causa do fluxo de caixa melhorado em função do IPTU, tem conseguido atender algumas coisas na nossa Cidade. Mesmo não tendo a situação ideal, não posso deixar de reconhecer o esforço do nosso colega, Ver. Elizandro Sabino. Também quero elogiar o nosso Presidente, Ver. Valter Nagelstein, que ontem cumpriu a agenda de Prefeito em exercício, uma agenda complexa, cheia, ativa, que demonstra o quanto, na realidade, em um dia, o nosso Prefeito e os nossos Secretários têm tentado se desdobrar num momento de crise para lutarem por melhorias na Cidade, mesmo sem recursos. Também não posso deixar de elogiar, nesses últimos dias, nessas últimas notícias, nessas últimas entrevistas, o nosso colega, Secretário Ramiro Rosário, que vem tentando fazer de tudo para recuperar o tempo perdido, e sabemos que ainda vai demorar algum tempo para que a Cidade retome um padrão que entendemos como aceitável.

Mas não queria também deixar de citar aqui que, ontem à noite, nessa madrugada, foi extremamente importante acompanhar a vitória do Estado do Rio Grande do Sul, numa solução que não é a ideal. O Governador José Ivo Sartori, um homem de coragem, determinado, trabalhador, honesto, que não enrola, que não mente, que não fica tapando o sol com a peneira, conseguiu, com a ajuda dos parlamentares, aprovar a única alternativa que temos no Estado. Então, parabéns aos parlamentares que ficaram até de madrugada e, na realidade, tiraram o discurso daqueles que visivelmente não queriam decidir nada, só postergar e judicializar.

E não posso deixar de fazer uma homenagem a uma pessoa, que não vou identificar, um colega nosso por quem tenho a grande satisfação de me pautar, de me nortear aqui nesta Casa como pessoa de valor moral e ético. Não vou revelar o seu nome, porque sei que na sua conduta não é o que ele deseja, mas gostaria que outros Pares fizessem as coisas como ele faz, do jeito que ele faz. Temos um colega que, ao invés de comemorar o seu aniversário, destinou grande parte de recursos, de doações

para o Lar Dom Luiz Guanella. Tenho certeza que ele não fez para ser reconhecido, por isso não o citarei, mas me emociono, porque é esse tipo de conduta que realmente dá sentido para eu estar aqui, fazendo um bem sem ver a quem. Obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Colegas Vereadores, Vereadoras; saudação à Ver.^a Mônica novamente; colegas da Câmara; nesta semana, eu protocolei – ontem até enviei para alguns colegas – mais um projeto que talvez dê polêmica pela sua constitucionalidade, mas já tenho tranquilidade em falar, Moisés, que seguramente vai ser contestado pela nossa questão do que é possível ou não. Eu sou defensor de que o Parlamento e o espaço que a gente ocupa, mais do que um espaço de projeto é, muitas vezes, de reflexão, onde as pessoas precisam pensar determinados temas, até porque boa parte dos projetos aqui não chega na ponta, mesmo os constitucionais têm dificuldade de serem executados. E uma das coisas que me preocupa, falando com o Tiago, da EPTC, com a própria EPTC e com o pessoal da Prefeitura, é justamente com relação à questão das carroças em Porto Alegre.

No ano de 2017, seguramente eu fui chamado – eu nem sou uma instituição como a EPTC, que é muito mais convocada para esse tema – para ver, pelo menos, uns 40 cavalos em estado absurdo de desnutrição e de morte. Eu questionava, Oliboni, quando foi votada a questão dos carrinheiros aqui, a colega Ver.^a Fernanda Melchionna, por quem tenho muito respeito, quando ela dizia que tinha muitos carroceiros que tiravam da sua boca para dar para os cavalos. Eu não conheci nenhum carroceiro que tira da boca para dar para os cavalos, não conheci, e eu até gostaria de ser apresentado para um carroceiro desses; pelo contrário, eu não estou questionando, porque sei que são pessoas com dificuldade enorme de vida, mas falo de donos de madeiras que usavam os cavalos como carreto e dos próprios carroceiros que utilizam os cavalos até o limite da desnutrição e entregam o bicho à morte. Eu fui chamado para ver a situação desses 40 cavalos em Porto Alegre – vejam só, foram 360 dias, 40 cavalos –, desses, eu não peguei nenhum cavalo que estivesse de pé para poder tratar. Aí eu ia até o cavalo levando o veterinário, uma retroescavadeira para poder carregar o cavalo, muitas vezes, eu ficava tomado de merda e barro, literalmente, para poder amarrar as patas do cavalo e colocá-lo no caminhão para botar vitamina, inserir o soro e reativá-lo, e ainda tinha que pagar a coxia do cavalo numa hotelaria para ele poder ficar, porque não é um cachorro. Com o cachorro é diferente: vou lá, se resgato cinco, dez num dia, não tem problema, boto no meu carro e levo no veterinário. Com um cavalo de 500 quilos sempre há enormes dificuldades. Eu nem vou falar de Viamão, de Alvorada, de Guaíba, porque é terrível para os cavalos, e que sirva de exemplo inclusive. Muitas pessoas me pedem, no interior, para que sirva de exemplo. No litoral também é terrível, pois as

peessoas carregam quilos de areia em cima dos cavalos. E eu, muitas vezes, briguei inclusive no soco, literalmente; em uma ocasião, parei, desci do meu carro e sai no empurrão com o carroceiro que estava levando uma casa em cima dos cavalos – uma casa! E aqui, em Porto Alegre, hoje, sabemos da dificuldade da fiscalização, por isso, a discussão sobre a fiscalização será fundamental. Hoje ainda existem muitos carroceiros, basta ir para o Lami, para a Zona Norte, para a Restinga, os carroceiros ainda utilizam o trabalho do animal, uma coisa medieval, injustificável. Sempre digo, todo mundo tem direito a trabalhar, mas carreguem nas próprias paletas. Quer carregar determinada coisa? Pode pegar, bota num carrinho, leva como for. Agora, não utilizem um animal que serve só para trabalhar, muitas vezes, 14h, 16h ao dia, entregando eles à morte.

Eu protocolei ontem um projeto que seguramente vai ser mais um motivo de deboche, ou pode vir a ser, o que não tem nenhum problema. O meu projeto é justamente para intimidar, ou que pelo menos desse evidência a esse tema, pedindo – naturalmente fora da nossa constitucionalidade – que fosse preso todo carroceiro pego em flagrante. Eu acho que não tem esse papo de multa, para isso eles não dão bola quando são autuados pela EPCT. Eles têm que ser presos. Na minha opinião, sinceramente, em qualquer país de Primeiro Mundo onde se explorasse um animal para ganhar dinheiro, principalmente no estágio em que estão os cavalos aqui, que fossem presos, para sentirem na pele nem que fosse por 30, 60 dias. Ontem, o André Barbosa, que é um grande advogado, me enviou uma mensagem dizendo que é óbvio que não tem constitucionalidade, até deu risada e debochou de mim. Mas eu quero dizer, André, quanto a essa condição de debocharem de mim, que eu não tenho nenhum problema. Acho fundamental esse debate da carroça, porque é absolutamente frustrante ver o quanto os animais são espancados, o quanto eles são mal-alimentados e o quanto eles são sofridos. E olhar, como eu olhei, várias vezes nos olhos de um cavalo e ver o sofrimento absoluto de ter uma vida indigna, que talvez não tenha tido dignidade nem por 10 minutos, é muito triste. Então eu queria falar sobre isso e agradecer pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Apregoo o Memorando nº 003, de 3 de fevereiro de 2018, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, ao Sr. Luís Afonso – Diretor Legislativo (Lê): “Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo por meio deste que, após presença e início da Ordem do Dia da Sessão Plenária de ontem (07/02), me ausentei da mesma, para consulta médica, conforme atestado anexo. Atenciosamente, Ver. Cassiá Carpes”.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Boa tarde, Presidente, Ver.^a Mônica; demais Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, público das galerias; nesta semana estive nesta tribuna falando sobre a minha preocupação com o Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE, no bairro Menino Deus. Minha preocupação se deve

em vista das notícias que temos acompanhado pela imprensa em que se fala que o Governo do Estado pretende levar a escola dos Bombeiros para o CETE. As notícias dizem que o ginásio da Brigada Militar, junto com aquela área, seria leiloado e, posteriormente, o Corpo de Bombeiros iria para o CETE. Estive no CETE depois disso, onde tive a oportunidade de conversar com diversas pessoas, com os usuários que praticam esporte naquela região, que me falaram dessa preocupação de saberem a notícia somente através da imprensa, não sabendo exatamente o que aconteceria com o Centro Esportivo. Externei a minha preocupação, inclusive falei aqui com os Vereadores, também procurei conversar com o Deputado João Derly no dia de ontem, que é um deputado ligado ao esporte, e ele também já tinha tomado conhecimento e, preocupado também, fez uma ligação lá para o Governador Sartori, a quem quero aproveitar para parabenizar, pois, prontamente, de ontem para hoje, abriu um espaço na sua agenda e nos recebeu, agora à tarde, junto com o Kiko, lá no Palácio Piratini, para escutar a respeito dessa preocupação.

Então, eu o Dep. João Derly externamos a nossa preocupação ao Governador a respeito do que aconteceria com o CET. E ele, prontamente, nos disse que quer manter, preservar e melhorar o CET, e que quer fazer uma permuta, já existe um projeto constando várias melhorias naquele local.

Eu falei para ele de todas as nossas preocupações, inclusive, de vários Vereadores, os quais também têm por objetivo fazer uma comissão, e ele, de imediato, já pediu para o seu chefe de gabinete providenciar uma reunião junto com o responsável pelo CET, por essa permuta que ele quer fazer com a área do Corpo de Bombeiros, para apresentar o projeto do futuro CET.

Então, fico um pouco mais tranquilo, mas certamente os usuários do CET querem conhecer melhor o projeto, o Governador também disse que não sabia dessa preocupação dos usuários, acredita que essa permuta seja para a melhoria, essa é a sua intenção. Ficou feliz em saber que estamos preocupados e quer se colocar à disposição das pessoas sobre o que realmente vai acontecer para que isso não seja motivo de preocupação.

Então, quero agradecer ao Governador ter nos atendido de um dia para o outro, ter aberto um espaço na sua agenda, e também já ter providenciado que possamos ter acesso ao projeto do CET, para entendê-lo e, dessa forma, levá-lo à comunidade, aos atletas e frequentadores desse local para ver se realmente vai melhorar e terminar com essa preocupação.

Continuamos ainda preocupados, queremos ver o projeto, pois é importante para saber o que realmente vai acontecer, assim como toda a população de Porto Alegre, os atletas, porque a imprensa não deixou claro o que vai acontecer.

Então, em breve, teremos essa reunião com o responsável pelo projeto, para melhor conhecê-lo, e vamos dando o desenrolar das notícias, até para tranquilizar os atletas para que possam realmente continuar utilizando esse importante espaço do atletismo, e a gente sabe que vários atletas já começaram suas carreiras ali no CETE e da importância desse equipamento para o esporte de Porto Alegre e do Estado do Rio Grane do Sul. Continuaremos trabalhando para que o CETE seja preservado, mantido e

melhorado, como disse o Governador, mas estaremos atentos a esse projeto por saber a importância do CETE para o atletismo, para esporte do Estado do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Dentro da tônica de ser justo, Vereador, de fazer a crítica quando ela precisa ser feita e quando ela é pertinente, mas de fazer também o reconhecimento quando as coisas corretas são feitas e encaminhadas dentro dessa tônica. Eu fui procurado no gabinete por uma instituição, a Via Vida, que auxilia no pré e pós-transplante de órgãos, que também auxilia muitas vezes famílias que vêm a Porto Alegre para fazer o tratamento dos seus filhos, tanto criança como adulto, apesar de 60% das famílias atendidas por esta instituição, que tem mais de dez anos, serem crianças, ela também tem um trabalho reconhecido em adultos, adolescentes e jovens. Atuando basicamente, Ver. Moisés, no pré e pós-transplante. Essa instituição ocorreu a mim, ocorreu a outros Vereadores, mas, nessa oportunidade, ocorreu a mim, solicitando alguma intercedência com relação ao repasse do Funcriança. É importante que a gente faça o esclarecimento e incentivo às pessoas no sentido de participarem do Funcriança, porque tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem, ao invés de pagar um imposto de renda que nós pagamos no final de primeiro trimestre de cada ano, no ano anterior, descontar, ter menos 6%, se não me falha a memória, de pessoa física ou 1% de pessoa jurídica, destinando esses recursos às crianças de Porto Alegre, às diversas instituições lá listadas.

Essa instituição tinha um repasse represado; mas com a diligente ação das lideranças do Governo nós acabamos tendo, hoje pela manhã, uma reunião com o Secretário Nenê, e esse recurso será devidamente liberado, a partir, provavelmente, do início do próximo mês. Então a gente faz críticas, mas quando a atuação da liderança do Governo, a atuação do Secretário, do Prefeito Municipal são em prol das urgências da Cidade, nós também viemos aqui fazer esse justo reconhecimento. Então, quero fazer esse reconhecimento à Prefeitura, às lideranças do Governo – Ver. Luciano Marcantônio e Moisés Barboza - e reconhecer o excelente trabalho prestado por esta instituição que ajuda tanta gente na cidade de Porto Alegre, pessoas que, muitas vezes, nem são de Porto Alegre e que acabam aqui porque temos os recursos mais especializados no que se refere à questão da Saúde de alta complexidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, depois de ouvir o discurso do Ver. Dr. Thiago, discurso de paz e amor e de reconhecimento, queria fazer uma homenagem a V. Exa., Vereador, pelo reconhecimento que o senhor acaba de fazer aqui na tribuna. Acho que isso é justo. Quando se acerta em ajudar as pessoas que precisam, sempre temos o reconhecimento.

E eu quero fazer uma homenagem ao Ver. Oliboni, que é um Vereador combativo; discursa aqui na tribuna e é único da bancada que está presente aqui, porque a gente, às vezes, gostaria de falar ou de responder a um discurso da Ver.^a Sofia, por exemplo, mas ela falou e foi embora; e o nobre Ver. Oliboni está aqui sempre. Então, Vereador, minhas homenagens; o senhor fala e ouve. Isto é coisa de um bom filho lá de Sananduva, da grande Ibiraiaras.

Realmente, ontem, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Mendes Ribeiro e Ver. Carús, meus colegas de partido, o Governador Sartori, ao se pronunciar, depois da votação, com aquela humildade que lhe é peculiar, disse: “Não foi o Governo e não foi o Governador que ganhou; foi o Rio Grande. O Rio Grande ganhou”. O Ver. Moisés também, com o seu partido, deu um apoio fundamental para esta aprovação. E fiquei sabendo já que, hoje pela manhã, o Ver. Moisés já estava com um Deputado que não tinha votado neste projeto, mas estava lá puxando voto para os próximos projetos. Acho que isto é uma demonstração, Ver. Cassio Trogildo – o seu partido também foi importante nesta ajuda, e os demais partidos, como o PP, todos aqueles que entenderam o momento do nosso Estado, que não se deixaram levar pela oposição fácil, pela oposição tranca rua. A oposição tem que ser oposição, mas não tranca rua, não deixar passar, não interromper a estrada, isso não é bom. A oposição da Assembleia e principalmente o Presidente da Assembleia foram muito parciais. V. Exa., Ver. Cassio Trogildo, que nos conduziu em dois anos seguidos, com muita galhardia, com muita sabedoria, e principalmente com muita imparcialidade, V. Exa. foi Presidente de todos nós. Não foi Presidente de quem era do Governo ou de quem era da oposição. Assim é que devem ser os presidentes dos legislativos quando a Casa é composta por muitos partidos de oposição e de situação. O presidente é presidente da Casa. E não foi o que aconteceu com o Presidente da Assembleia, infelizmente, que é um sectário. Ele é oriundo de acampamentos invasores. Eu até acho que eu não esperava outra atitude dele, mas quero apenas registrar e lamentar, e festejar aqueles que foram até a madrugada e que votaram para o futuro, aqueles que se preocuparam com o amanhã, aqueles que se preocuparam com os filhos e com os netos, e não se preocuparam com o seu par, provavelmente, ou seu parente próximo ou de agora. Nós temos que nos preocupar com os filhos e com os netos, porque, se nós não cuidarmos do Estado, se não cuidarmos do Município e se não cuidarmos da União também, todos nós, brasileiros, teremos dias horríveis, pois não teremos recursos nem mesmo para pagar os ativos, muito menos os inativos, e quem sabe nada para a população, porque não haverá dinheiro para cumprir com as obrigações do estado como um todo. O estado está sendo carcomido pelas corporações, pelos interesses que não são os interesses da grande maioria da população, são interesses particulares e corporativos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Ver.^a Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste das galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, estamos aqui reunidos nesta tarde de quinta-feira fazendo uma saudação em nome da liderança da bancada do meu partido. Fizemos um rodízio, ontem falou o Ver. Mauro Zacher. Também aqui, em tom de saudação e de recomeço de início de ano, permitam-me fazer uma saudação ao companheiro Leonardo, que acompanha aqui os trabalhos, foi diretor da Carris, quando o PDT deu sua contribuição nessa importante empresa de transporte coletivo da nossa Cidade. Estamos observando, às vésperas de um ano eleitoral importante, e quero confessar a vocês que, hoje, me preocupei muito, quando estava conversando com um empresário do ramo do comércio do Rio Grande do Sul, cujo nome não vem ao caso mencionar, uma empresa forte. Ele dizia que estava fechando 40 lojas, e isso nos preocupa. Um empresário fechar 40 lojas, já fechou 25 e agora irá fechar mais 15. Então, acho que é preciso, Ver. Mauro Pinheiro, que é do comércio, supermercadista, neste ano, envidar esforços, para que a nossa legislatura e o nosso coletivo possam estar contribuindo com a Cidade sobremaneira com ideias e iniciativas inteligentes, que possam proporcionar avanços importantes nas mais diversas áreas, com um destaque aqui para a questão ambiental. Quero agradecer aqui a parceria da Presidência, na gestão do Ver. Cassio Trogildo e agora na gestão do Ver. Valter Nagelstein, que priorizou a Escola do Legislativo. Nesta semana já nos reunimos para discutir a Escola do Legislativo, que é um desafio grande. No ano passado, tivemos 18 atividades da Escola. Espero que, neste ano, tenhamos um time reforçado, para corresponder à grandeza da responsabilidade. Espero fazer uma interlocução, também, com a Assembleia Legislativa, representada pela Deputada Juliana Brizola, que assumiu a Escola do Legislativo da Assembleia. No ano passado, também tivemos uma interlocução importante com a Escola do Legislativo do Senado, vendo de que maneira a gente pode contribuir, através das iniciativas e das bandeiras de formação, de seminários, de aperfeiçoamento, não só para o público interno, mas especialmente o público externo. Tentar dar a contribuição do mandato parlamentar também na condição de líder da Bancada, para que a gente possa convergir esforços e, com o entendimento da maioria, possa trazer um bom retorno, um retorno real e concreto para ações que digam respeito, lá na ponta, a um resultado positivo para a Cidade. Quero fazer esse apelo e tenho certeza de que a compreensão da maioria da casa, no diálogo e na construção de um diálogo com a Prefeitura, deve-se estabelecer num outro patamar de arredondamentos e de avanços importantes para a Cidade. Acho que a população está acompanhando, hoje com as redes sociais e o acesso à informação, não se deve mais, eu diria, subestimar as pessoas, elas estão vendo as coisas acontecerem, as pessoas têm a sensibilidade e a interpretação, estão compreendendo a realidade das situações. É preciso ter muita sensibilidade e muito discernimento, e neste início de ano quero trazer aqui essa contribuição de quem vai estar aí trabalhando no sentido da convergência de

esforços para o bem coletivo, que possa prevalecer neste ano aqui o interesse coletivo, o interesse da Cidade, e que possamos iniciar também um debate. Dia 15 inicia o processo de renovação e eleição do Conselho do Plano Diretor – não é, Ver. Carús –, temos a eleição dos oito fóruns de planejamento, quais as entidades estarão nos representando no próximo mandato. Acho importante e oportuno porque se avizinha aí sim uma revisão de Plano Diretor, e essas representações das regiões, essas representações das entidades serão muito importantes no debate da cidade que queremos. Nós sabemos que o Plano Diretor é a espinha dorsal da estruturação urbana da Cidade, então estamos atentos a esta eleição, estaremos fazendo o acompanhamento deste processo eleitoral, e aqui no Legislativo tenho certeza de que este vai ser um debate muito profícuo e grandes assuntos farão parte da rotina e do dia a dia do debate aqui, especialmente no que diz respeito à estruturação urbana, no que diz respeito a esta revisão do Plano Diretor, áreas de interesse cultural, áreas de ambiência cultural. Temos esse problema lá do Petrópolis que hoje está na agenda da Cidade, mas outras regiões também, Ver. Oliboni. Temos que debater nossa orla, temos 74 quilômetros de orla, não é possível mais que Porto Alegre fique virado de costas para o Guaíba, a área central, o Cais do Porto, as vias e avenidas arteriais, a ocupação, ao interior dos bairros, aqueles 60 metros, se vamos ou não avançar, as praças, parques, escolas, postos de saúde, localizações, conceitos, alturas, edificações, sombreamento, alturas, afastamentos. Então, acho que como uma primeira intervenção, para início de ano, retomada, desejo a todos que 2018 possa ser um ano de grandes realizações. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde Presidente Mônica Leal, em teu nome cumprimento os Vereadores e Vereadoras, a plateia que nos acompanha e os telespectadores. Quero utilizar este período de Comunicações para relatar dois episódios ocorridos ontem no nosso Estado. Um, triste, foi o falecimento da Dona Eva Sopher, uma mulher guerreira, um ícone da cultura, seu legado vai ser deixado, tijolo a tijolo: a construção do Theatro São Pedro. Com certeza o Rio Grande do Sul perde uma grande mulher que muito trabalhou pela cultura. Meus sentimentos à família, e aos gaúchos e as gaúchas.

Outro episódio que eu gostaria de comentar foi que, por 30 votos a 18, ontem o plenário da Assembleia Legislativa aprovou o PLC nº 249, que permite ao Governo do Estado aderir ao regime de recuperação fiscal. Após a derrubada da liminar no Superior Tribunal Federal, que havia sido obtida por Deputados de oposição que impediam o parlamento de deliberar sobre esta matéria, finalmente os Deputados conseguiram votar essa pauta. Na contramão da história ainda temos homens e mulheres eleitos pelo povo que legislam em causa própria, que legislam principalmente por uma ideologia deturpada que contempla o comunismo, o socialismo, a divisão de classes, o

populismo barato, o coitadismo, a anarquia como princípios de melhoria para o nosso Estado e até para o nosso Brasil. Vergonhosamente assistimos os Senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa, ambos do PT, defenderem o enfrentamento nas ruas, a desobediência civil e a rebelião como uma forma de garantia da democracia. Grifo a fala do Presidente do MST, Vagner Freitas: “Vamos fazer greve nos bancos de vocês, os capitalistas que deram golpe, nas empresas de vocês, nos agronegócios de vocês. O desempenho das empresas vai cair”. Ora, este cidadão vive onde? Vive no Brasil ou vive na Venezuela? Essa é pauta de países que não querem o progresso, que não querem que, efetivamente, a sua sociedade viva em paz. Isso não prosperará. A sociedade gaúcha não quer mais esse discurso do quanto pior melhor. Vemos gastos, como ontem foi falado pelo Ver. Ricardo Gomes e hoje eu venho ressaltar, do Governo petista, Lula e Dilma: R\$ 40 bilhões em jogos olímpicos; R\$ 30 bilhões na Copa do Mundo; R\$ 150 milhões repassados ao MST, no Governo Lula; R\$ 11 milhões para blogueiros petistas às vésperas do *impeachment*; R\$ 6,5 bilhões em obras na República Dominicana; R\$ 1 bilhão por ano para a ditadura cubana; U\$ 1,5 bilhão na construção do trem subterrâneo da Argentina; U\$ 2 bilhões na construção da ponte sobre o rio na Venezuela; U\$ 692 milhões para o Porto de Mariel, em Cuba; U\$ 400 milhões em auxílio para compra de alimentos em Cuba, U\$ 6 milhões numa segunda leva para o Porto de Mariel, em Cuba; U\$ 230 bilhões retirados dos trabalhadores, retirados das pessoas que mais necessitam no nosso Brasil.

Felizmente, os deputados que votaram “sim” à recuperação fiscal honram suas legislaturas, pois têm virtude, têm decência, têm ética e compromisso com o Rio Grande do Sul, pois votaram “sim”. O “sim” não foi ao Governo Sartori, o “sim” foi a gaúchos e gaúchas que querem um Rio Grande do Sul próspero. E, engraçadamente, a Deputada Juliana Brizola, que tanto falou à tribuna, na hora da votação, absteve-se. O General Olímpio Mourão Filho morreu em 1972, portanto, não conheceu Lula, mas vejam como ele foi profético (Lê.): “Ponha-se na presidência qualquer medíocre, louco ou semianalfabeto, e vinte e quatro horas depois a horda de aduladores estará à sua volta, brandindo o elogio como arma, convencendo-o de que é um gênio político e um grande homem, e de que tudo o que faz está certo. Em pouco tempo transforma-se um ignorante em um sábio, um louco em um gênio equilibrado, um primário em um estadista. E um homem nessa posição, empunhando as rédeas de um poder praticamente sem limites, embriagado pela bajulação, transforma-se num monstro perigoso”. Enquanto esse monstro é dirigido e explorado apenas pela lisonja, bajulado pela corte, a nação sofre prejuízos de monta. É verdade, mas apenas danos materiais em sua maioria, imorais em alguns, como, porém, sua roda é formada ou dominada por um bando de demônios, neste momento, a nação corre os mais riscos, perigos, e mais sérios perigos.

Nosso Brasil, nosso Rio Grande do Sul, nossa Porto Alegre não cederá a esse tipo de política suja e que não diz mais respeito a nós, brasileiros. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara. Eu vim aqui hoje, utilizando este espaço de Comunicações, para fazer a divulgação de um projeto de lei que protocolei na última segunda-feira, o PL nº 208/17, que tem por objetivo abrir de uma vez por todas as informações que estão hoje sob responsabilidade da EPTC. Isso obedece a diversos diplomas legais de nível federal, o principal deles é a lei de acesso à informação, Ver. Mendes – que o nosso saudoso, seu pai, Deputado Mendes Ribeiro trabalhou nesse projeto, foi o Relator, e com muito afinco garantiu que fosse aprovado, à época, no Congresso Nacional. Além disso, o Código de Trânsito Brasileiro que promoveu, no final da década de 1990 para cá, uma verdadeira revolução nos modos do condutor de veículo no País. E a EPTC que ultimamente tem multado até quem não dá o sinal em mão única, não tem divulgado a contento, no portal de transparência da Prefeitura, qual o montante dos recursos arrecadados a partir das infrações de trânsito. E onde esses recursos são investidos em benefícios da população. O Código de Trânsito Brasileiro é muito claro. Existem recursos que são provenientes das multas de trânsito que devem, sim, ter destinação específica, são recursos carimbados. Uma vez, o mau motorista, que deve ser infracionado, deve receber a multa. Entrando esse recurso, esgotadas as suas vias de defesa, esse recurso deve ser investido, pelo que diz o Código de Trânsito Brasileiro, prioritariamente em ações de educação para o trânsito, policiamento, fiscalização e na função precípua, que é garantida por lei, de criação da EPTC, que é a regulação e qualificação da circulação e transporte na Cidade. Se nós hoje acessarmos o Portal de Transparência da Prefeitura e formos procurar pelos dados da EPTC, não se tem uma discriminação da destinação adequada desses recursos, desses valores que são advindos das multas aplicadas na Cidade. Nós queremos com esse projeto fazer com que a EPTC informe mensalmente à cidadania onde está esse dinheiro, porque muitas das demandas que são encaminhadas, não só aqui pelos Vereadores, mas também pela população, para qualificar, por exemplo, movimentos singelos da Administração Pública, que é melhorar a sinalização de um cruzamento perigoso, como, por exemplo, implantar um redutor de velocidade, como substituir uma placa de trânsito, tem que ser utilizado os recursos das multas de trânsito, sim, é o que diz o Código de Trânsito Brasileiro. Muitas vezes, essas demandas, sejam da Câmara ou da população, sequer são respondidas pela EPTC ou quando vêm para cá, a primeira resposta - e a direção, justiça seja feita ao Presidente Soletti e sua chefia de gabinete, é diligente em responder para a Câmara -, mas a primeira resposta que vem é de algum burocrata lá de dentro de EPTC que não pode, o burocrata é o primeiro a dizer que não pode, ainda que numa determinada esquina se tem ali colisões entre veículos, se tem um atropelamento, se tem registros de mortes, os recursos das multas estão aí para isso. Recordo-me, primeira vez que assumi o mandato aqui, na condição de Suplente, em 2010, fui autor de um projeto que é lei: a Semana Municipal de Combate à Violência no Trânsito. É uma lei muito simples e objetiva, e a EPTC, por muito tempo do seu setor de educação para o trânsito

desenvolveu as atividades nela previstas, que eram ações considerando aqueles locais da Cidade que tenham maior índice de acidentalidade. Quais são os recursos que devem instruir ou financiar o combate à violência no trânsito? Os que vêm das multas, porque o mau motorista financia para que o cidadão se torne um bom e educado motorista. É isso que nós estamos buscando a partir da divulgação transparente dos dados que a EPTC deve à população, nós queremos fazer com que esses recursos sejam corretamente aplicados. E não só a Câmara, que representa o cidadão de Porto Alegre, nós, Vereadores, mas a população de um modo geral poderá, com dados claros no portal da transparência, não globais, como estão hoje, fiscalizar se efetivamente esse dinheiro das multas está indo para as finalidades previstas no Código Brasileiro de Trânsito. Será um bom debate, tenho certeza, mas essa caixa-preta, essa aplicação desenfreada de multas sem orientar o cidadão de forma pedagógica não pode continuar na Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

O SR. MENDES RIBEIRO: Ver. Mauro Pinheiro, Presidente; Sras. Vereadores e Srs. Vereadores; subo a esta tribuna para falar da manhã desta quinta-feira. Acordamos cedo, tivemos a grande notícia da aprovação do ajuste fiscal na Assembleia Legislativa. Logo em seguida, me dirigi ao Grupo Hospital Conceição, para acompanhar a solenidade de R\$ 134 milhões para a cidade de Porto Alegre. Lá vimos a inauguração, na ala de neurocirurgia, de 30 leitos modernos, a coisa mais bonita que a gente pode ver dentro de um hospital. Tudo moderno, tudo arrumadinho, tudo da maior alta tecnologia. Eu fiquei muito impressionado, além do cuidado com o paciente, com uma sala espetacular de acompanhamento aos familiares. Queria deixar os cumprimentos à diretoria do Grupo Hospitalar Conceição, à Dra. Adriana, ao Dr. Mauro Sparta, ao Zé Ricardo, ao Dr. Potrich, e ao Jeferson Oliveira, gerente administrativo do Cristo Redentor. Um grande trabalho!

Passada a inauguração de 30 novos leitos para a Cidade, fomos para a inauguração da subestação do Grupo Conceição. A preocupação do Hospital em contribuir para a Zona Norte, porque sabemos que aquela região tem problemas sérios de fornecimento de energia elétrica muito por causa do Hospital, o que o fez investir R\$ 34 milhões nessa subestação. Também foi feita a inauguração do Centro de Oncologia, para o qual contribuímos muito, trabalhamos muito seriamente para a mudança do regime urbanístico. Portanto, também somos merecedores de elogio. Quero elogiar o Governo Municipal, que também se envolveu no projeto, trabalhou junto com os técnicos do Grupo Hospitalar Conceição, e hoje Porto Alegre já tem o Centro de Oncologia para tratar os que sofrem com essa doença maldita. Quero cumprimentar os Deputados que aprovaram o regime de ajuste fiscal, que permitirá que o Rio Grande do Sul possa, em três anos, investir em infraestrutura, trazer novos empreendimentos, fazer

investimentos, e cumprimentar todos os Deputados que o aprovaram. Também cumprimentar o nosso Governador José Ivo Sartori, pela sua persistência, pela seriedade, conduta firme e corajosa com que vem conduzindo o nosso Estado. Tenho certeza que nós – eu e os Vereadores André Carús, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Valter Nagelstein – temos muito orgulho do Governador que comanda o nosso Estado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em não havendo nada mais a tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h39min.)

* * * * *